

Plebiscito e Arena

Embora nunca tenha exercido seu direito de votar, a não ser no plebiscito que derrubou o regime parlamentarista no Brasil, em 6 de janeiro de 1962, o brasileiro já teve partido devidamente registrado no Tribunal Regional Eleitoral, formado sob orientação e com amparo da Presidência da República. Isso já faz muito tempo, lembram alguns dos que, em 17 dias, organizaram o Diretório Regional da Aliança Renovadora Nacional, a extinta Arena, e que por motivos diversos concordam em contar a história, mas sob garantia de que seus nomes sejam omitidos.

Os livros da antiga Arena do DF, reuniam, inclusive, as diretorias municipais, quando o Núcleo Bandeirante, Gama, Sobradinho, Taguatinga e Plano Piloto eram considerados municípios. E seus organizadores afirmam que é exatamente esta a característica das cidades-satélites, pois só não fazem votar, mas em tudo se assemelham a municípios, com prefeitos nomeados pelo governador.

Estes livros, lamentam eles, foram perdidos porque a direção nacional do Partido se descuidou deles. E o descuido começou com a morte do então presidente Costa e Silva.

"O Costa e Silva, — conta um dos líderes de então, — nos chamou, uns três ou quatro, e pediu que organizássemos o partido em 15 dias. E nós o fizemos em 17 dias. Com votação, juiz eleitoral, tudo certo, direitinho. Os livros foram colocados em lugares públicos para que as pessoas votassem. E entre estes organizadores, encontravam-se nada menos do que o então presidente da Arena, Fillinto Muller, o chefe do Gabinete Civil, Rondon Pacheco, e o Secretário Geral do Partido, Arnaldo Prieto.

"E o partido estava tão dentro da lei, tão direitinho, que Brasília teve delegado no Colégio Eleitoral que elegeu o presidente Emílio Médici". Além disso, membros do diretório regional e das direções ditas municipais do partido faziam parte da direção nacional da Arena. A história fica um pouco confusa. Hoje comerciantes e empresários, com atuação em diversos ramos, os líderes da Arena de então já não dispõem de datas precisas, exatamente porque seus livros foram perdidos. "Tudo durou até quando foi definida a lei dizendo que não pode haver eleições no Distrito Federal".

MONTAR AO CONTRÁRIO

Entusiasmado e demonstrando um certo ressentimento com a queda do

movimento, um destes organizadores responsabiliza a Associação Comercial do Distrito Federal pelo esfacelamento do grupo que, se fosse bastante coeso, teria tido força suficiente para modificar esta lei. "Um grupo se afastou porque a ACDF fez confusões, de não querer seguir os trabalhos preliminares, de criar os partidos fortes, de estabelecer diretórios atuantes, para depois lutar pela eleição". As satélites são como municípios e só onde há diretórios municipais formados se terá o pleno direito ao voto e à eleição. Tudo tem que começar por aqui, o resto é tiro no ar".

O cavalo está sendo montado do lado contrário, diz a mesma fonte, bastante cética quanto à aprovação da proposta de Emenda nº 38 do deputado Alceu Collares (PDT-RS). De nada adianta tudo isso, é preciso montar de modo correto para cavalgar até onde for necessário.

Explicando-se melhor, ele pergunta se, por acaso, Alceu Collares, ao apresentar sua proposta, está apresentando uma proposta do partido como um todo. "Ora, ora, não adiantam estas iniciativas isoladas, não adianta o grande número de projetos e propostas, porque não representam os partidos". Dentro dessa tese, a representação política para o Distrito Federal só será aprovada pelo Congresso quando os partidos de oposição principalmente, fecharem questão em torno dela. Quando for apresentada uma única proposta, resultado do estudo e da análise de diversos partidos que, unidos, teriam força para derrubar as resistências".

O ex-líder arenista contesta o argumento de que Washington não possui representação política, utilizado pelo senador Saldanha Derzi, do PP, para se posicionar contra o voto no DF. "Agora querem comparar o Brasil com os Estados Unidos. Realmente Washington não tem eleição em todos os níveis. Mas também não tem cidades-satélites funcionando como municípios. E uma cidade compacta, enquanto aqui temos administrações regionais que funcionam como prefeituras".

Infelizmente, diz ele, "não será desta vez que a representação política será aprovada, porque não temos ninguém que se dedique de corpo e alma à sua aprovação".

Como a provar esta previsão, o deputado Alceu Collares, está no Rio Grande do Sul, onde será lançado candidato a governador.